



DESTAQUES

GLI recebe licença para auditar jogos on line

Uso dos postes: Aneel adia decisão e problema só aumenta

Governo cria Comitê para desenvolver agenda de finanças sustentáveis

Segunda edição do Programa IA² MCTI impulsionará a Inteligência Artificial por meio de 35 projetos de pesquisa

ANPD participa de evento com especialistas em Segurança da Informação e Cibersegurança

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GSI publica resoluções da primeira reunião do CNCiber

Proposta proíbe provedor de internet de tarifar plataformas de conteúdo por uso intensivo da rede

Fortalecer a interação entre indústria, governo e academia é fundamental para o desenvolvimento tecnológico, afirma secretária do MDIC

As big techs e a oportunidade de levar internet aos mais pobres

Confiança é chave para implantar inteligência artificial

Para Castells, regular inteligência artificial fortalece a democracia

MinC divulga resultado da oficina para aprimoramento de soluções digitais de fomento à cultura

REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas vivem momento de incerteza sobre regulamentação da reforma tributária

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO



Mercado reduz projeção de IPCA do ano para 3,75%, diz Focus

Ata do Copom: BC diz que 'incertezas' impedem projetar corte de juro em junho e indica 'ritmo mais lento' no futuro

Sem esperar Haddad, frentes se unem para zerar imposto da cesta básica de imediato

Simples Nacional: Defis é obrigatória e prazo termina no dia 28

ORÇAMENTO

Simone Tebet e secretária-executiva da Casa Civil ressaltam que revisão de gastos contribuiu para bloqueio menor de despesas

DESTAQUES

GLI recebe licença para auditar jogos on line Poder Executivo | 26/03/2024-12h47min

A primeira empresa de auditoria de apostas on-line poderá começar a operar no país. A Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda habilitou a Gaming Laboratories International (GLI) a certificar apostas eletrônicas no país. Publicada na segunda-feira (25) no Diário Oficial da União, a portaria de habilitação baseou-se nas regras estabelecidas pelo Ministério da Fazenda em fevereiro de 2024. Em nota, a Fazenda informou que a GLI teve a capacidade operacional reconhecida para certificar os sistemas de apostas, os jogos on-line e os estúdios de jogos ao vivo das casas de apostas autorizadas a operar no Brasil. Segundo a Secretaria de Prêmios e Apostas, a área técnica do órgão analisa um segundo requerimento de habilitação. Segundo as regras publicadas em fevereiro, as certificadoras de apostas precisam comprovar pelo menos três anos de atuação, o que beneficia companhias com experiência internacional. As normas também proíbem que os profissionais dos laboratórios de auditoria tenham contato com as bets (casas de apostas virtuais). Fonte: Telesíntese

Leia mais Retorno ao índice

Uso dos postes: Aneel adia decisão e problema só aumenta Poder Executivo | 26/03/2024

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) vai votar um novo pedido de vista sobre o novo regulamento de compartilhamento de postes entre os setores de energia elétrica e telecomunicações. Seria o segundo este ano, o primeiro aconteceu em janeiro. A data para o colegiado deliberar sobre o assunto venceria na terça-feira, 26. Porém, o assunto voltou à pauta de reunião da Aneel na terça na forma de pedido de uma nova prorrogação da vista. A solicitação partiu de Fernando Mosna, o mesmo diretor responsável pelo pedido de adiamento em janeiro. Não há um prazo exato para a prorrogação de vista no regimento interno da Aneel. Pela regra, o diretor que solicitou o voto-vista precisa incluí-lo na pauta até a oitava reunião ordinária subsequente, podendo solicitar a prorrogação de prazo adicional. Portanto, a decisão cabe aos diretores da agência. O novo regulamento de postes foi aprovado pela Anatel em outubro do ano passado e, agora, precisa da aprovação da Aneel para entrar em vigor. Há divergências entre Anatel e Aneel e o assunto postes não tem uma solução. Fonte: Abranet

<u>Leia mais</u> Retorno ao índice

Governo cria Comitê para desenvolver agenda de finanças sustentáveis Poder Executivo | 25/03/2024 – 16h42min

O Governo Federal publicou, na segunda-feira (25/3), o Decreto 11.961, instituindo o Comitê Interinstitucional da Taxonomia Sustentável Brasileira (CITSB), responsável por desenvolver e acompanhar a implementação de um sistema de classificação de atividades, ativos e projetos alinhados à estratégia brasileira para a sustentabilidade. O grupo, presidido



pelo Ministério da Fazenda, reúne 27 entidades governamentais, incluindo o Banco Central do Brasil (BCB), a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) e a Superintendência de Seguros Privados (Susep). Na dimensão financeira, a criação do comitê marca mais uma etapa nesse processo de alinhamento nacional, tracionando a agenda de finanças sustentáveis nacionais. O CITSB pretende construir uma metodologia comum para avaliar o impacto social, ambiental e climático das atividades econômicas, e propor formas de fazer seu monitoramento, verificação e relato, buscando maneiras de avançar no escopo da materialidade. Fonte: Agência Brasil

Leia mais Retorno ao índice

Segunda edição do Programa IA² MCTI impulsionará a Inteligência Artificial por meio de 35 projetos de pesquisa Poder Executivo | 25/03/2024

Visando acelerar a competitividade brasileira frente a novas tecnologias baseadas em Inteligência Artificial (IA) de forma a fortalecer a posição do país no cenário mundial, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por meio da Secretaria de Ciência e Tecnologia para Transformação Digital (Setad), anuncia a realização da segunda edição do Programa IA2 MCTI, iniciativa executada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com gestão operacional da Softex, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). Mas, ao contrário de sua edição anterior focada na aceleração de startups com soluções inovadoras baseadas em Inteligência artificial (IA), da vez o Programa volta sua atenção à importância de impulsionar a pesquisa e a inovação em todo o país. Assim, ao longo dos próximos 24 meses, 35 projetos de pesquisa de impacto que fazem uso de IA e realizados em 14 diferentes estados passarão por um processo de aceleração tecnológica. Eles receberão até R\$ 30 milhões em recursos do FNDCT por meio do CNPq. Fonte: Softex

Leia mais Retorno ao índice

ANPD participa de evento com especialistas em Segurança da Informação e Cibersegurança Mercado | 25/03/2024 - 16h54min

Na semana do dia 18/3, a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) participou do evento Security Leaders, em Brasília/DF. Representada pelo gerente de projeto do Conselho Diretor Jeferson Barbosa, o painel tratou sobre a regulação da inteligência artificial (IA) no Brasil. Com o avanço da aplicação da IA nas estratégias de negócio, surge a necessidade de estabelecer padrões éticos e regulatórios para o desenvolvimento e o uso da IA. O evento abordou como deve ser a condução da regulação, quais áreas precisam ser envolvidas e ainda debateram sobre o papel de cada entidade na construção e fiscalização de uma tecnologia tão inovadora. "A ANPD teve a oportunidade de esclarecer, mais uma vez, a sua disposição em colaborar e de apresentar sugestões sobre a regulamentação, além de reforçar a sua pré-disposição de assumir a função de autoridade central competente dentro do ecossistema de governança da IA", afirmou Jeferson Barbosa. Fonte: ASCOM ANPD

<u>Leia mais</u> <u>Retorno ao índice</u>

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

GSI publica resoluções da primeira reunião do CNCiber Poder Executivo | 26/03/2024 – 17h04min

O Diário Oficial da União trouxe nesta terça-feira (26) as resoluções definidas pelo colegiado do Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), que teve sua primeira reunião na última semana (clique aqui para saber mais). A primeira resolução trata do Regimento Interno do CNCiber, que define a forma de atuação do colegiado (clique aqui para acessar o texto). As resoluções tratam das criações de Grupos de Trabalho Temáticos. O primeiro grupo tratará da atualização da Estratégia Nacional de Cibersegurança (e-Ciber), com prazo de duração de até seis meses, prorrogáveis (clique aqui para acessar o texto). O segundo grupo tratará da elaboração de proposta de Projeto de Lei para criação de órgão para a governança da cibersegurança digital, com prazo de duração de duração de até seis meses,



prorrogáveis (<u>clique aqui</u> para acessar o texto). O último grupo definirá parâmetros de atuação internacional do Brasil em cibersegurança, com prazo de duração de até quatro meses, prorrogáveis (<u>clique aqui</u> para acessar o texto). Fonte: ASCOM GSI

Leia mais Retorno ao índice

Proposta proíbe provedor de internet de tarifar plataformas de conteúdo por uso intensivo da rede

Poder Legislativo | 26/03/2024 - 12h54min

O Projeto de Lei 469/24 impede que provedores de conexão de internet (operadoras de telecomunicações) instituam a cobrança de tarifa para os provedores de conteúdo, como plataformas de streaming e redes sociais, para custear a infraestrutura das redes. A proposta está em análise na Câmara dos Deputados. O texto busca evitar o chamado "fair share" (compartilhamento justo), que permite aos provedores cobrar um adicional das empresas que demandam grande tráfego de dados na rede mundial. O assunto vem sendo debatido na Europa, onde tem apoio das empresas de telecomunicações, principais responsáveis pela infraestrutura digital, e recentemente chegou ao Brasil. Fonte: Agência Câmara

Leia mais Retorno ao índice

Fortalecer a interação entre indústria, governo e academia é fundamental para o desenvolvimento tecnológico, afirma secretária do MDIC

Poder Executivo | 26/03/2024 - 12h21min

O diálogo com representantes de todo o ecossistema de inovação é fundamental para garantir a articulação dos atores no sentido de um desenvolvimento científico e tecnológico para gerar inovação. Essa é a avaliação apresentada pela secretária de Competitividade e Política Regulatória do Ministério de Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Andrea Macera, na abertura da conferência livre sobre "Propriedade intelectual e transferência de tecnologia para inovação e sustentabilidade". A secretária apresentou dados da Controladoria-Geral da União (CGU) que mostram que, entre os anos 2010 e 2020, o número de patentes depositadas por 69 universidades federais quadriplicou, passando de 445 para quase 1.800. No entanto, o mesmo estudo aponta que apenas 3,5% dessas patentes resultaram em contratos de transferência de tecnologia. "Esses números reforçam a importância do fortalecimento da tripla hélice (governo, academia e indústria), que é o objetivo dessa conferência. Que a gente possa, tendo como diretriz o Sistema de Propriedade Intelectual e a transferência de tecnologia, apresentar propostas concretas que vão contribuir para a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação", falou Macera. Fonte: ASCOM MDIC

<u>Leia mais</u> Retorno ao índice

As big techs e a oportunidade de levar internet aos mais pobres Mercado | 26/03/2024 – 10h54min

Cerca de 23 milhões de brasileiros com mais de 10 anos não usam a internet, redes sociais e aplicativos que aproximam pessoas de oportunidades de trabalho e de meios tecnológicos que levam à cidadania. É um abismo que isola e exclui de forma silenciosa, ampliando o fosso social brasileiro. Não podemos tolerar a perpetuação desse cenário e o presidente Lula estipulou como meta reverter esse quadro no menor tempo possível. No comando do Ministério das Comunicações, mobilizei toda a equipe para atuar na efetiva inclusão digital em nosso país. É minha prioridade absoluta. O governo Lula tem realizado significativos investimentos para a ampliação da infraestrutura de telecomunicação brasileira. Dentro do novo PAC, está previsto o aporte de R\$ 27,9 bilhões em inclusão digital e conectividade nos próximos anos. Esse montante é para aprimorar o acesso da população à banda larga móvel e fixa, proveniente, em sua maioria, do leilão do 5G e do Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), além de recursos próprios da União. Essa infraestrutura está disponível a todos. Mas é justamente um grupo bem seleto de empresas que mais usa o tráfego de dados. E esses números tendem a crescer cada vez mais, em razão do aumento no consumo de vídeo, música e redes sociais. Para se ter uma ideia, as provedoras de conteúdo digital são responsáveis por 80% de todo o tráfego nas redes móveis no mundo. Fonte: ASCOM MCom

Leia mais



Retorno ao índice

Confiança é chave para implantar inteligência artificial Mercado | 26/03/2024

Confiança é a palavra de ordem quando o assunto é implementar projetos de inteligência artificial, assim frisou e repetiu inúmeras vezes, o analista-diretor do Gartner, Edgar Macari, durante a sua apresentação na Conferência Gartner Data & Analytics, que acontece na terça-feira, 26/03, em São Paulo. Macari ressaltou a necessidade de as empresas construírem e trabalharem a confiança dentro das organizações. "São diversas curvas que devem ser trabalhadas e cada uma delas tem expectativas diferentes. Fundamental identificar as partes e trabalhar para atendê-las", disse. Ao falar sobre as principais tendências em inteligência artificial, Macari destacou que, se 2023 foi o ano da exploração em IA — com os avanços importantes fazendo com que as máquinas passassem a interagir melhor com os humanos —, 2024, é quando os projetos se tornam reais. "As máquinas ficaram melhores em entender a nossa intenção, entender e resolver; esta é a grande diferença", destacou. Fonte: Abranet

Leia mais

Para Castells, regular inteligência artificial fortalece a democracia Mercado | 25/03/2024 – 22h48min

Em sua palestra proferida na manhã da segunda-feira, 25, no Senado Federal, o professor e pesquisador Manuel Castells alertou para a importância de se regular o quanto antes a Inteligência Artificial (IA). Segundo Castells, o uso frequente das redes sociais de maneira polarizada tem comprometido o debate democrático, levando a uma grande circulação de conteúdos desinformativos que usam técnicas de manipulação de imagens e personagens por meio de IA, afetando profundamente a democracia. O professor espanhol, que fez palestra no Seminário Internacional Democracia e Novas Tecnologias, promovido pelo Senado Federal, explica que na atual conjuntura, o debate público se converteu em uma série de manipulações que afetam de maneira negativa a democracia. Fonte: Teletime

<u>Leia mais</u> Retorno ao índice

MinC divulga resultado da oficina para aprimoramento de soluções digitais de fomento à cultura

Poder Executivo | 25/03/2024 - 18h

O Ministério da Cultura (MinC), por meio da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE), divulgou na segunda-feira (25) o resultado das informações coletadas durante a Oficina de Design - ativação federativa de soluções digitais, realizada entre os dias 21 e 23 de fevereiro. Na ocasião, foi publicado um livreto com as descobertas iniciais que vão contribuir para a operacionalização dos sistemas digitais de fomento à cultura, no contexto da Política Nacional Aldir Blanc (PNAB), com gestoras e gestores públicos estaduais e federais e agentes culturais. Os principais problemas de fluxo mapeados durante as oficinas foram nas etapas de avaliação de editais, monitoramento e prestação de contas. Para Juliana Almeida, coordenadora de Acompanhamento de Projetos da Subsecretaria de Gestão Estratégica (SGE/MinC), as etapas ainda serão aprimoradas. "Existe um vazio de soluções digitais na avaliação dos editais que precisam ser aprimorados. Já na etapa de monitoramento e prestação de contas, o sistema atende, mas ainda é muito imaturo. São gargalos que serão aprimorados e a nossa ideia é usar todas as habilidades do sistema", explicou. Fonte: Agência Brasil

<u>Leia mais</u> <u>Retorno ao índice</u>

REFORMA TRIBUTÁRIA

Empresas vivem momento de incerteza sobre regulamentação da reforma tributária Poder Executivo | 25/03/2024 - 23h15min

A poucas semanas do envio dos projetos de regulamentação da reforma tributária, empresas, mercado financeiro e tributaristas vivem momento de dúvidas em torno das propostas do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O Ministério da Fazenda criou 19



grupos de trabalho para fechar os projetos e acenou ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que trabalha para enviar os textos até o final da primeira quinzena de abril. Até o momento, no entanto, nenhuma versão das minutas dos anteprojetos de lei complementar foi divulgada ou é de conhecimento da opinião pública. Com isso, há incertezas sobre o tamanho da carga tributária resultante. As principais dúvidas das empresas, relatadas à reportagem da Folha, são em relação ao potencial de créditos que poderão aproveitar no novo modelo, além da forma de aproveitamento pelas companhias. Esse ponto é considerado o coração da reforma com o IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual: a CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) federal e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), de estados e municípios. Fonte: Folha de S. Paulo

<u>Leia mais</u> <u>Retorno ao índice</u>

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Mercado reduz projeção de IPCA do ano para 3,75%, diz Focus Poder Executivo | 26/03/2024 - 08h35min

A mediana das projeções dos economistas do mercado para a inflação oficial brasileira em 2024 caiu de 3,79% para 3,75%, segundo o Relatório Focus, do Banco Central (BC), divulgado na terça-feira (26) com estimativas coletadas até o fim da semana passada. Para 2025, a mediana das expectativas para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) também recuou, de 3,52% para 3,51%. Para 2026, permaneceu em 3,50%. Para a taxa básica de juros (Selic), as medianas das estimativas permaneceram em 9,00% no fim de 2024 e 8,50% nos encerramentos de 2025 e de 2026. A meta de inflação perseguida pelo BC é de 3,00% em 2024, 2025 e 2026, com margem de tolerância 1,5 ponto percentual (p.p.) para cima ou para baixo. Fonte: Valor Econômico

<u>Leia mai</u> Retorno ao índio

Ata do Copom: BC diz que 'incertezas' impedem projetar corte de juro em junho e indica 'ritmo mais lento' no futuro

Poder Executivo | 26/03/2024 - 08h07min

O Banco Central informou na terça-feira (26) que diante das "incertezas do cenário" sobre a inflação nos próximos meses, julgou apropriado ter "maior flexibilidade" na política de juros e, por isso, evitou projetar um corte da taxa Selic em junho de 2024. A informação consta na ata da última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) do BC, colegiado que reúne diretores e o presidente da autarquia. O encontro, realizado na semana passada, culminou na sexta redução seguida da taxa Selic, para 10,75% ao ano, a menor em dois anos. No comunicado divulgado logo após a reunião, o BC já havia informado sobre a possibilidade de uma redução de "mesma magnitude" (0,5 ponto percentual) somente "na próxima reunião", marcada para maio.Nas reuniões anteriores do Copom, a instituição vinha indicando cortes de juros do mesmo tamanho (0,5 ponto percentual) "nas próximas reuniões" – referindo-se aos dois encontros seguintes do colegiado. Fonte: G1 Notícias

<u>Leia mais</u> Retorno ao índice

Sem esperar Haddad, frentes se unem para zerar imposto da cesta básica de imediato Poder Executivo | 26/03/2024 - 03h

Uma coalizão de 24 frentes parlamentares do Congresso elaborou um projeto de lei complementar para regulamentar a cesta básica nacional na reforma tributária. O texto, ao qual a Coluna do Estadão teve acesso, lista 20 grupos de alimentos que teriam o imposto zerado e prevê a validade imediata da regra. Para não esperar até 2026, quando será criada a CBS (Contribuição sobre bens e serviços) em substituição a impostos federais, como previsto na PEC da reforma tributária, o projeto já autoriza a isenção de PIS/Pas ep e da Cofins desses produtos. O líder da Frente Parlamentar do Agronegócio, deputado Pedro Lupion (PP-PR), assina a proposta, que será apresentada na terça-feira, 26, em reunião das frentes, em Brasília, como forma de se antecipar ao Ministério da Fazenda, que também discute o tema em grupos de trabalho. Os congressistas, que se reuniram em GTs paralelos, argumentam que a inflação sobre os alimentos exige uma medida urgente. Fonte: O Estado de S.

Leia mais Retorno ao índice



Simples Nacional: Defis é obrigatória e prazo termina no dia 28 Mercado | 25/03/2024

A Declaração de Informações Socioeconômicas e Fiscais (Defis) deve ser entregue até quinta-feira (28), que é considerado o último dia útil do mês de março. Empresas enquadradas como Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) inscritas no Simples Nacional devem ficar atentas aos prazos e requisitos para cumprir essa obrigação acessória. Substituindo a Declaração Anual do Simples Nacional (DASN), a Defis foi instituída para que as empresas comuniquem à Receita Federal dados econômicos e fiscais relevantes. Este procedimento é essencial para manter a conformidade tributária e evitar complicações futuras. No processo de entrega da Defis 2024, devem constar informações como os ganhos de capital, a quantidade de empregados no início e no final do período abrangido pela declaração, o lucro contábil apurado (para empresas que mantenham escrituração contábil), identificação e rendimento dos sócios, receitas provenientes de exportação direta ou por meio de comercial exportadora, total de ganhos líquidos em operações de renda variável e doações à campanha eleitoral. A entrega da Defis deve ser feita por meio do site do Simples Nacional, que exige certificado digital, código de acesso ou procuração eletrônica. Fonte: Convergência Digital

Leia mais Retorno ao índice

ORÇAMENTO

Simone Tebet e secretária-executiva da Casa Civil ressaltam que revisão de gastos contribuiu para bloqueio menor de despesas

Poder Executivo | 25/03/2024 - 15h40min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, e a secretária-executiva da Casa Civil, Miriam Belchior, ressaltaram que a revisão de gastos contribuiu para que o governo bloqueasse apenas R\$ 2,9 bilhões em despesas, ou 0,14% do limite total de gastos estipulado para este ano, e que esse trabalho estimula a busca por políticas públicas mais eficientes. Tebet e Belchior comandaram, na quinta-feira (21/03), véspera da divulgação do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do primeiro bimestre de 2024, uma reunião entre os Ministérios que integram a Junta de Execução Orçamentária (JEO) com secretários executivos e representantes das Secretarias Executivas de todas as demais pastas da Esplanada para apresentar o Panorama Fiscal e Orçamentário - 2024. A iniciativa do encontro foi da Secretaria Executiva do MPO e teve como objetivo contextualizar antecipadamente o desempenho das finanças públicas nos dois primeiros meses do ano e a necessidade de bloqueio em despesas discricionárias do governo federal. Fonte: ASCOM MPO

<u>Leia mais</u> <u>Retorno ao índice</u>